



**COMISSÃO DE POLÍTICAS URBANAS E MEIO AMBIENTE - COPUMA**

**ATA DA REUNIÃO MENSAL ORDINÁRIA REALIZADA EM SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

**Vereadores presentes:** Marilena Perdiz Negro, Eliezer Barbosa da Silva, José Adair de Sousa, Valdeci Vilar Mahteus.

Às quinze horas e cinquenta minutos (15h50min) do dia seis de outubro de dois mil e quinze (06/10/2015), no auditório Eloy Chaves (Plenarinho) da Câmara Municipal de Jundiaí, sob a presidência da Vereadora Marilena Perdiz Negro, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Políticas Urbanas e Meio Ambiente, conforme relacionado acima, a pauta discutida foi **1. urbanização do Jardim Novo Horizonte e a situação do cadastro de moradores de baixa renda.** Estavam presentes, à pedido da presidente da comissão, o Superintendente da FUMAS, Waldemar Antônio Zorzi Foekel e Assessora Especial de Habitação Tatiana Reis Pimenta. A presidente Marilena deu início a reunião pedindo ao Sr. Waldemar esclarecimentos sobre o Ofício FUMAS nº1.385/2015, enviado à Câmara em 24 de setembro de 2015, assim sendo o superintendente e a assessora Tatiana fizeram uma breve explanação sobre as modalidades do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, sendo que no Jardim Novo Horizonte seria implantado um empreendimento “Puro Sangue” para famílias com renda de até R\$ 1.600,00, onde a Prefeitura indicaria 50% da população contemplada, porém na época em que conseguiram o recursos não havia atualização cadastral sobre o perfil da população residente no bairro e sua renda. Posteriormente foi feito o cadastro de cerca de 3.500 pessoas e constatado que a maioria não se enquadrava na renda limite, porém se houvesse a possibilidade de vincular o projeto da Minha Casa Minha Vida ao PAC-Programa de Aceleração do Crescimento não haveria mais esse teto, o que não foi possível por ser um projeto apenas e não uma obra, conforme resposta do Ministério das Cidades anexo ao ofício da FUMAS, supracitado. Também foi explicado sobre o histórico do projeto de urbanização do Jardim Novo Horizonte que inicialmente contemplaria 35 ruas, o que foi reduzido para 27 e posteriormente 21, devido à remanejamentos no projeto. Sendo que inicialmente serão abertas 10 ruas nesta primeira etapa. Após questionamento do vereador Eliezer sobre o porque do não remanejamento da população do Jardim Novo Horizonte a exemplo do que foi feito no Jardim São Camilo, foi feito um breve histórico sobre o processo de urbanização deste último bairro e o porque dos caminhos diferentes escolhidos, assim sendo: a intenção inicial era que a urbanização do Jardim Novo Horizonte fosse feita através do PAC para obras, pois já havia o projeto e o crédito contemplaria todas as famílias, inclusive as de renda de mais de R\$ 1.600,00. Já no Jardim São Camilo almejava-se a aprovação de recurso para projeto de urbanização, o qual poderia ser feito pelo programa Minha Casa Minha Vida pois a população local se enquadraria perfeitamente no teto fixado, porém os pedidos feitos ao Ministério foram invertidos e à época foi preciso elaborar outro projeto de habitação às pressas para atender o Jardim São Camilo e não perder o recurso para obras e mesmo assim o projeto aprovado era inviável de ser executado, pois previa remoção total das residências de submoradias ali existentes, para então a urbanização integral. Com a atual gestão o projeto foi revisto e uma intercessão junto ao Ministério das Cidades foi aceita para substituição do projeto vinculado ao recurso. O Sr. Waldemar relatou que Jundiaí tem um déficit de 12.627 residências (3.500 só no Jardim Novo Horizonte) e que a missão da FUMAS não é dar



## Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

ATA OUTUBRO 2015- COPUMA- Fls 2/4

propriedades para as pessoas e sim promover moradia digna as famílias jundiaíenses, sendo através de casa própria ou alugada, com aluguel a um preço acessível e justo. A maior dificuldade é a supervalorização dos imóveis na região e as faixas de renda para os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida e que exige para famílias com faixa de renda entre 3 e 6 salários mínimos uma entrada de 25 mil, já que os imóveis no mercado estão na faixa de 190mil, tornando a adesão muito limitada. Explicou que a maioria das famílias enquadrada nessa faixa pagam aluguéis altíssimos que complementem em torno de 60% da renda familiar. A proposta da FUMAS é que se fixe o valor máximo para os imóveis em 130 mil o que reduziria para 15 mil, quase a metade do valor exigido no cenário atual. Para fomentar o interesse das construtoras a FUMAS está propondo uma linha rápida de aprovação para este tipo de projeto, de 45 dias, a própria FUMAS ficaria responsável pela demanda, fazendo a venda para as pessoas do seu cadastro e se responsabilizando pela documentação, o que baratearia em 10% os custos das construtoras, já que essa é a média de gastos com propaganda e corretagem. Outra dificuldade apontada é a disponibilidade de terreno cujo custo precisa chegar até no máximo 10% do valor de cada unidade. Por fim, o Sr. Waldemar disse que acha necessário que não haja a exigência de EIV- Estudos de Impacto de Vizinhança para este tipo de empreendimento, se houver que a contrapartida exigida seja executada pela própria prefeitura, na programação de obras e melhorias da cidade, já que é responsabilidade dela promover a habitação digna para seus cidadãos. Por exemplo, se o EIV aponta a necessidade de construção de uma escola, que a prefeitura programe, no seu cronograma de obras, a construção de uma escola na região do empreendimento. O vereador José Adair perguntou sobre casos de desapropriação de casas do CDHU, dizendo que existe casos de casas sublocadas e contratos de compra e venda “de gaveta”, foi explicado que após 10 anos de posse o imóvel pode ser vendido, como no caso dos apartamentos do Morada das Vinhas, que a maioria dos casos de desapropriação são quando há atrasos no pagamento das prestações e quem faz a desapropriação é o próprio CDHU e que compete à FUMAS indicar quem entra no lugar e que ele estabeleceu uma fila baseada na lista de quem recebe auxílio-aluguel, de maneira que o primeiro da lista que foi contemplado com o auxílio-aluguel receba o imóvel desocupado do CDHU, cessando a concessão de auxílio-aluguel. Em seguida o vereador Eliezer pediu explicações sobre um centro comunitário abandonado no Jardim Novo Horizonte, a Sr.<sup>a</sup> Tatiana explicou que a FUMAS construiu 5 centros comunitários no bairro, sendo que foram distribuídos da seguinte maneira: 1 para a Fundação Antonieta Cintra Gordinho, um para a Saúde, um para a SEMADS e dois para a própria FUMAS, sendo que a Saúde foi a única que não utilizou o imóvel que a ela foi destinado, tendo este sido invadido e depredado. A Educação solicitou um imóvel para instalação de uma creche no bairro, onde a FUMAS cedeu um dos seus dois centros comunitários. Mais tarde a Saúde apontou a necessidade urgente de instalação de uma unidade de saúde no bairro, não havendo tempo ou orçamento para reforma imediata do centro comunitário que estava aos seus cuidados, novamente a FUMAS desativou suas atividades no seu centro comunitário e foi cedido para uso da Saúde e existe a necessidade de reforma daquele que seria de fato passado para a Saúde que agora existe um conflito para resolver a reforma do prédio que foi totalmente depredado nos últimos dois anos. Após o esclarecimento ao vereador Eliezer, o vereador José Adair retornou a pauta para questionar o motivo da construção de somente 10 ruas no bairro das 35 previstas inicialmente e a vereadora Marilena solicitou que a FUMAS enviasse croqui das 10 ruas que serão efetivamente abertas nessa primeira fase de obras. Por fim, foi explicado que serão construídas 1.088 residências pelo programa de urbanização, dessas, 50% foram sorteadas entre moradores do bairro (544) e que a documentação tanto beneficiado quanto do suplente já estão em ordem, as outras 50% serão distribuídas entre famílias



**Câmara Municipal de Jundiaí**  
São Paulo

ATA OUTUBRO 2015- COPUMA- Fls 3/4

cadastradas na FUMAS de bairros diversos como Bairro do Poste, Bananal, Guanabara, sendo 100 destas para famílias que estão recebendo auxílio-aluguel. Se após a distribuição dessa outra metade ainda sobrar alguma residência, serão novamente sorteadas entre moradores do Jardim Novo Horizonte, para isso será agendada uma assembleia entre os moradores para verificar interesse. Superada a pauta, a reunião foi encerrada as 16:55. Eu, ANA CAROLINA DE OLIVEIRA ( \_\_\_\_\_ ) Agente de Serviços Técnicos, secretariei os trabalhos e lavrei a presente ata. -----

MARILENA PERDIZ NEGRO  
Presidente

ELIEZER BARBOSA DA SILVA

JOSÉ ADAIR DE SOUSA



**Câmara Municipal de Jundiaí**  
São Paulo

ATA OUTUBRO 2015- COPUMA- Fls 4/4

VALDECI VILAR MATHEUS

Ciente:

LEANDRO PALMARINI